

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA
NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E SEIS. -----**

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do Senhor Doutor Laurentino José Monteiro Castro Dias, com a presença do primeiro secretário Doutor Raul Jorge Fernandes Cunha. Verificada a existência de quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos, começando por convidar o membro da Assembleia, Manuel Cunha, para completar a mesa, face à renúncia do cargo do segundo secretário na reunião de vinte e quatro de Fevereiro do ano em curso. Foram anunciados pelo Senhor Presidente os pedidos de suspensão de mandatos, por um período de trinta dias, dos seguintes membros da Assembleia Municipal: Nelson Daniel da Silva Pereira, Susana Fátima Amorim Pinto de Cortez de Almeida, António Jorge Macedo Pimentel, deputados eleitos pelas listas do PPD/PSD, Ricardo João Pedrosa Alves de Almeida, eleito nas listas do Bloco de Esquerda, Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins, Armindo Manuel Tavares Fernandes e Arlindo Gil Ribeiro Gonçalves, eleitos pelas listas do Partido Socialista. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos pedidos de suspensão, foram os mesmos postos a votação, sendo aprovados por unanimidade. Pediram a sua substituição, na presente sessão, o Senhor Presidente da Junta de Silves S. Martinho, pelo Tesoureiro da referida Junta, António Pinto Ferreira Leite e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei, pelo Tesoureiro da referida Junta, José Marques que, após a assinatura do livro de presenças, tomaram assento nesta Assembleia. Pediram, ainda, a renúncia de mandato:

Solange Andrea Varela Gomes, Sofia Pereira de Carvalho, Ricardo Jorge Leite Castro Silva, Fernando Lopes de Carvalho, Pedro Manuel Gonçalves Nogueira, Sílvia Laurinda Costa Ribeiro, Ana Maria de Carvalho Pedrosa, Luís Mário de Freitas Rebelo, Paulo Jorge Freitas Abreu, Hugo Renato Barros Cunha, Jorge Dominique Carvalho Moura e Maria Manuela Soares Ribeiro Carvalho Valente, todos das listas do Bloco de Esquerda. Tomaram assento na Assembleia os elementos que se seguem nas respectivas listas, após a assinatura do livro de presenças, registando-se, depois de efectuadas as substituições, a presença de sessenta e dois membros. Entrou-se no período de **ANTES DA ORDEM DO DIA, com o Ponto Um Ponto Um** – Eleição do 2º Secretário da Mesa da Assembleia, conforme consta da Convocatória. Foi apresentada uma proposta pelo Partido Socialista, a qual propunha para a eleição do 2º Secretário da Mesa, o deputado municipal, Manuel Cunha. Como não foi apresentada mais nenhuma proposta procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. Finda a votação, foi eleito para 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal o deputado Manuel Cunha, com o seguinte resultado: trinta e oito votos a favor, dezanove votos brancos e dois votos nulos. De seguida o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura de um requerimento, subscrito pelo Grupo parlamentar da CDU, do seguinte teor: “Atendendo ao facto de a convocatória para a presente sessão da Assembleia Municipal não ter obedecido ao estipulado no Regimento desta Assembleia, nomeadamente no que se refere o Artigo 27º, no seu ponto 1 – As sessões ordinárias e extraordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 10 dias; Atendendo a que o não cumprimento deste ponto acarretou a impossibilidade de qualquer elemento desta Assembleia poder requerer a introdução de determinada matéria na

Ordem do Dia, como prevê o Artigo 87º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que constitui alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e freguesias; Atendendo a que a estas evidências de mau funcionamento dos serviços acresce a não convocação e de um elemento eleito pela CDU (Deputado Municipal Dr. António Luís Oliveira Cunha) e a não entrega dos documentos para a análise e preparação desta sessão; O Grupo Parlamentar da CDU vem requerer que o Senhor Presidente adie esta sessão, para que a mesma decorra com o cumprimento de todos os procedimentos legais.” Sobre o presente requerimento o Senhor Presidente informou que a entrega da Convocatória foi efectuada dentro do prazo legal, nomeadamente, a convocatória do membro da CDU, tendo conhecimento, com base na informação prestada pelos Serviços, que todos os membros da Assembleia Municipal foram regularmente convocados para a presente sessão. Ao pedido do membro do Grupo Parlamentar da CDU, Engenheiro Miguel Summavielle, para usar da palavra sobre o assunto, o Senhor Presidente da Mesa alertou o mesmo que deveria proceder à assinatura do livro de presenças, dado que não constava ainda o seu registo. Como não o fez, recusando-se, dessa forma, a participar na presente sessão, nada se regista quanto à sua intervenção. De seguida o Senhor Presidente deu conta de uma proposta, subscrita por três membros da Assembleia, sendo o primeiro subscritor o deputado municipal, José Humberto Castro, do grupo parlamentar do PSD, onde propõem que a Assembleia Municipal de Fafe envie o apoio solidário à Comissão de Trabalhadores da GM/Azambuja na legítima defesa dos direitos e expectativas dos trabalhadores e uma recomendação ao Governo para que esteja atento à

regulamentação da implantação em território nacional de empresas subsidiadas com a obrigação de indemnização em caso de incumprimento dos contratos assumidos, bem como um aviso à população portuguesa para que saiba distinguir entre as Empresas que promovem o desenvolvimento das que procuram o lucro fácil e a exploração dos trabalhadores e do próprio País. Usou da palavra o membro Albino Costa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para dizer que está de acordo com esta chamada de atenção ao Governo relativa ao capitalismo selvagem que a globalização produz. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por maioria com cinco abstenções. De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu conta de uma proposta subscrita pelo membro Orlando Carvalho Leite, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, onde propõe a aprovação das actas de Dezembro de 2005, Fevereiro e Abril de 2006. Usou da palavra o membro Albino Costa para pedir que seja rectificada a acta de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e seis onde é referido o seu nome como eleito para o Conselho Municipal de Educação, quando, na realidade, o eleito foi o Senhor Presidente da Junta de Silvares S. Clemente, José Manuel Machado. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Aboim para fazer referência à redacção da acta, de vinte e quatro de Junho de dois mil e cinco, no que se refere à sua intervenção em resposta ao deputado Doutor Brás Mateus, precisando que não discordou, na totalidade, do teor da intervenção do referido deputado mas, apenas, no que se refere ao roubo do património, tendo acrescentado que não acreditava que os visitantes, (caminheiros) estivessem envolvidos nos referidos roubos de património. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Fornelos para fazer referência à acta da sessão da

Assembleia de vinte e quatro de Fevereiro do ano em curso, mais precisamente, no que diz respeito ao esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Mesa onde refere que, “como vem sendo hábito, relativamente às deliberações da Assembleia as mesmas são aprovadas em minuta no final de cada sessão.” Sobre este esclarecimento o Senhor Presidente da Junta de Fornelos disse que não se recorda das actas terem sido aprovadas em minuta. Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa esclarecendo que, durante vinte e quatro anos, como Presidente da Assembleia Municipal de Fafe, nunca nenhuma força política, com assento nesta Assembleia, fez a exigência formal de aprovação, no final da sessão, das actas em minuta, por entenderem que ficando as actas gravadas, esse era o histórico preciso e a garantia a todos os membros da Assembleia da fidelidade das actas a produzir em termos finais. Preciou ainda que nunca, desde há vinte e quatro anos, no final da sessão foram as actas aprovadas em minuta, por todas as forças políticas entenderem que seria formalmente desnecessário. Por fim, referiu que esta Assembleia, se assim o entender, poderá seguir a prática estabelecida, que ao longo dos vários anos as forças políticas consideraram uma prática saudável, proporcionando a todos os membros da Assembleia a total liberdade de intervenção e a maior capacidade de afirmação política, ou se a Assembleia assim não o entenda, será formalista e cumprirá estritamente o que a lei e o regimento determinam, nomeadamente, no que se refere aos tempos de intervenção de cada membro. Findas as intervenções foram as actas postas a votação, tendo sido a acta de Dezembro de 2005 aprovada, por maioria, com três abstenções; a acta de Fevereiro de 2006 aprovada, por maioria, com nove abstenções e a acta de Abril de 2006 aprovada, por maioria, com uma

abstenção. Ainda no Período Antes da Ordem do Dia pediu a palavra a deputada Ana Catarina Marques Marinho Mendes, do Bloco de Esquerda para manifestar a preocupação do seu Grupo parlamentar sobre o grave problema dos incêndios no nosso concelho, tendo já, por diversas vezes, noutras sessões da Assembleia, solicitado esclarecimentos ao executivo camarário acerca das medidas preventivas tomadas e, sobre a política de combate aos incêndios que se pretende seguir. Lamenta que as poucas informações de que têm conhecimento tenham chegado através da comunicação social. Lamenta, ainda, que o Conselho Municipal de Segurança, constituído em Fevereiro, que no seu entender deveria ter um papel de relevo em todas as questões relacionadas com a segurança do concelho, não tenha sido chamado a exercer as responsabilidades que por lei lhe são cometidas. Interveio de seguida o deputado António Jorge Nogueira Barroso, do Grupo Parlamentar do PSD, solicitando esclarecimentos acerca dos factos que levaram o proprietário dos terrenos onde se encontram os campos de treino da Associação Desportiva de Fafe, a intentar uma acção contra a Câmara Municipal de Fafe e se, a não resolução do problema, foi inércia da Câmara ou dos Serviços, o porquê de não celebrar a escritura da permuta de terrenos e quais as consequências. Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regadas sobre a redução de 50% das taxas de licenciamento de obras previstas no Regulamento em vigor para algumas freguesias do concelho, questionando o Senhor Presidente da Câmara se não deveria ser revista esta situação. Usou da palavra o deputado Rui Pedro Ribeiro Valente, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para referir, no seguimento da intervenção da deputada do Bloco de Esquerda que, como é óbvio, todos estão

preocupados com os incêndios, nomeadamente a Câmara que no seu entender, está atenta e tem tomado medidas importantes, tendo inclusive apresentado uma candidatura para limpeza de áreas contíguas a caminhos florestais e municipais, assim como à sensibilização da população, sendo esta a maior candidatura aprovada pelo fundo florestal permanente. Seguiu-se a intervenção do deputado José Manuel Ribeiro Batista, do Grupo Parlamentar do PSD para se congratular com a limpeza efectuada pela Câmara no Rio Vizela, há muito reclamada pelo PSD. Ainda sobre o Rio Vizela alertou que, conforme já tinha acontecido o ano passado, estão tractores e camiões a fazer o abastecimento das suas cisternas no leito do rio. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento sobre este facto, e se foi dada autorização para este abastecimento. Terminou a sua intervenção congratulando-se com os financiamentos aprovados para limpeza dos caminhos florestais, conforme o referido pelo deputado Pedro Valente, lembrando a Câmara de uma solicitação efectuada no início do ano, para a limpeza do caminho que liga Golães a Passos e que, tendo o pedido passado para as Juntas das respectivas freguesias, até à presente data, ainda não foi limpo. Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Golães para responder ao deputado José Manuel Ribeiro Batista esclarecendo que existem proprietários dos terrenos do referido caminho florestal que não autorizam a sua limpeza. Que a Junta de Freguesia está a envidar esforços para que se chegue a um acordo. Pediu, novamente, a palavra o deputado José Manuel Ribeiro Batista acrescentando que os proprietários apenas não concordam com o alargamento do caminho. Interveio de seguida a deputada Ana Catarina Marques Marinho Mendes para mostrar o seu desacordo em

relação à intervenção do deputado Pedro Valente, no que se refere aos incêndios, por entender que a prevenção e combate aos incêndios não passa só pela sensibilização da população e limpeza de caminhos e matas, reitera a sua posição sobre esta matéria, por entender, as medidas tomadas insuficientes. Usou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. E, sobre os incêndios acrescentou, ao já referido pelo deputado Pedro Valente, que foi já iniciado um conjunto de programas de sensibilização na rádio, no âmbito da candidatura aprovada e que, no seguimento da mesma, irá ser efectuado um concurso público para limpeza dos aglomerados e das zonas envolventes. Informou, ainda, que a nível de prevenção existe uma brigada fixa e outra móvel, estando a Câmara devidamente articulada com a GNR e Bombeiros a nível de prevenção e combate. Quanto à questão colocada pelo deputado António Jorge Nogueira Barroso sobre os campos de treino da Associação Desportiva, confirma a acção judicial contra a Câmara, intentada pelo cedente dos terrenos do Estádio do Fafe, uma acção inexplicável para a Câmara, dado que existia um acordo há doze anos atrás e, depois de várias reuniões para efectivar o acordo, quando tudo parecia resolvido o proprietário intentou a acção contra a Câmara. Informou, ainda, sobre este assunto, que está suspensa a instância para uma negociação, tendo já sido realizada uma reunião, estando em perspectiva um possível entendimento das partes. Sobre a redução de taxas, questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Regadas, o Senhor Presidente da Câmara, lembrou que a competência para aprovação das taxas é da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara, explicando que, com base nos sensos de 2001, a Câmara entendeu propor uma redução de 50% no valor das taxas de

licenciamento para as freguesias onde tinha havido perda de população. Que esta proposta tinha como objectivo incentivar à fixação e aumento da população dessas freguesias. Sobre o abastecimento dos camiões cisternas, questão colocada pelo deputado José Manuel Ribeiro Batista, referiu não ter conhecimento e que, apesar da fiscalização não ser exclusivamente da Câmara Municipal, irá ordenar que a fiscalização fique atenta a esta situação.

Findo o Período de Antes da Ordem do Dia, entrou-se de imediato na **ORDEM DO DIA PONTO DOIS PONTO UM**: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre as obras referentes ao abastecimento de água em alta dado que, sobre as mesmas, nada é referido na sua informação escrita. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo que o abastecimento de água em alta está a funcionar e que não haverá, neste Verão, falta de água. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO DOIS**: Apreciação e votação de uma proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Fafe. O Senhor Presidente da Mesa deu conta das propostas de alteração, dos vários grupos parlamentares, recebidas na mesa. Dá conta ainda que acolhe o referido no início da proposta do Bloco de Esquerda onde propõe a criação de uma Comissão com um elemento de cada grupo parlamentar para, a partir do texto base e com as várias propostas agora apresentadas, preparar o texto final para votação na próxima sessão da Assembleia Municipal, sendo a referida Comissão coordenada pelo deputado Albino Costa. Posta esta proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO TRÊS**: Apreciação e deliberação de uma

proposta, apresentada pelo Grupo Parlamentar da CDU, relativa ao Hospital de S. José de Fafe. Pediu a palavra a deputada Ana Catarina Marques Marinho Mendes, para referir que o Bloco de Esquerda subscreve a proposta em apreciação e defende firmemente, a manutenção do Hospital de S. José com pelo menos, as valências actualmente existentes. Considera que a política de saúde levada a cabo pelo governo socialista vai conduzir à criação do Centro Hospitalar Guimarães-Fafe, e que o Hospital de Fafe vai ficar na dependência do Hospital de Guimarães, com graves consequências para a população do concelho. Por tais motivos subscrevem a proposta do Grupo Parlamentar da CDU e propõem que a Comissão de Acompanhamento do Hospital, referida no ponto 2 da referida proposta, tenha representantes de todas as forças políticas da Assembleia Municipal, representantes da sociedade civil e competência para propor as formas de luta mais eficazes. Interveio de seguida o deputado Albino Costa começando por referir que a proposta em discussão está prejudicada pela ausência do seu autor e da bancada, facto, no entanto, alheio à Assembleia e como tal terá que ser discutido o conteúdo da mesma. Acrescenta que o Grupo Parlamentar do PS vai votar contra por entender que toda a proposta é eivada de um certo corporativismo e até um conformismo e imobilismo face à mudança. Que o PS não concorda com o teor da proposta da CDU, nomeadamente, o ponto um onde refere que o Hospital de Fafe é a principal unidade de prestação de saúde, quando na realidade já não o é. Por fim e, relativamente à Comissão proposta, diz que a Assembleia Municipal não tem competência para intervir, dada a competência ser da Administração Central e que, para além disso, face a esta nova configuração do sistema nacional de saúde existe a possibilidade de Fafe ter um novo hospital, que será

certamente um pólo diferenciador que não acumulará especialidades com o Hospital de Guimarães, mas ganhará algumas daquele Hospital. Seguiu-se a intervenção do deputado do PSD, Humberto Castro para subscrever na totalidade o referido pelo deputado Albino Costa. Leu, ainda, um excerto da acta da sessão ordinária, de treze de Dezembro de dois mil e dois, referente à resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara a uma questão colocada por si sobre a construção de um novo hospital em Fafe "...deu conta das diligências tomadas com o Ministério da Saúde nesse sentido, havendo um acordo de princípio entre a Misericórdia e o Ministério da Saúde, na aquisição do edifício actual do hospital, podendo o valor da transacção ser utilizado na construção de um hospital novo, o que será de difícil execução a curto prazo, dada a conjuntura económica e as dificuldades financeiras do país." Face ao atrás referido questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a construção do novo hospital. Pediu, novamente, a palavra a deputada do Bloco de Esquerda, Ana Catarina Marques Marinho Mendes para clarificar o ponto em discussão, discordando, neste ponto, com a intervenção do deputado do Partido Socialista, Albino Costa. Disse, ainda, haver uma grande confusão sobre as notícias veiculadas na comunicação social, que se por um lado se fala na construção de um novo hospital, por outro, fala-se em obras no actual ou, ainda, no seu encerramento e na criação do Centro Hospitalar Guimarães-Fafe. Manifesta a preocupação do Bloco de Esquerda que pretende saber quais as garantias específicas que existem para a construção do novo hospital. Seguiu-se a intervenção do deputado João Pedro Leite Castro Frazão, do Partido Social Democrata, ironizando que, não sabia que, pelo simples facto das questões atinentes à saúde e ao Hospital de Fafe serem da competência

da Administração Central a Assembleia não pode nem tem competência para se pronunciar, fazendo alusão à intervenção do deputado Albino Costa. Lembra serviços que funcionavam em Fafe e que fecharam, dando como exemplo a PT e a EDP, lamentando que poderá acontecer o mesmo ao Hospital de Fafe e, por isso, a Assembleia deve ter informação sobre o que se passa no Hospital de Fafe, considerando ser obrigação do Senhor Presidente da Câmara fornecer tal informação à Assembleia Municipal e aos Fafenses. Sendo sua convicção que vai haver mudanças, entende que é um direito e até um dever da Assembleia Municipal mostrar a sua preocupação sobre esta matéria, ao contrário do que defende o Partido Socialista. Questiona a mudança de posição do Partido Socialista sobre esta matéria que, no anterior mandato votou a favor de um novo hospital em Fafe. Pediu, novamente, a palavra o deputado Albino Costa começando por referir que a presente discussão sobre o Hospital de Fafe é um exercício meramente especulativo, dado que não há certezas sobre o que vai acontecer ao Hospital. Em resposta à intervenção do deputado Pedro Frazão, esclarece que, na sua intervenção anterior, não afirmou que a Assembleia Municipal não tem competência para discutir o assunto, por ser uma matéria da competência da Administração Central, apenas referiu que não tem competência para criar a Comissão mencionada na proposta da CDU. Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para esclarecer que sobre a Comissão mencionada na proposta entende que a Assembleia tem competência para criar essa Comissão, se assim o deliberar, dado que a Comissão se destina a inteirar-se, junto das entidades responsáveis, de quais os planos para o Hospital de Fafe. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos: Que relativamente à

construção, ou não, de um novo hospital, foi já discutido na última sessão da Assembleia Municipal, sendo consensual que seria um objectivo desejável mas, não sendo no entanto possível face à conjuntura económica e financeira do país. Não significa, no entanto, que o Partido Socialista há quatro anos e no ano passado não tenha inscrito no seu programa que lutaria pela construção de um novo hospital em Fafe e vai continuar a lutar. E que poderá estar para breve com a criação do Centro Hospital Guimarães-Fafe. Que, ao contrário do referido pelo deputado Pedro Frazão, não disse na última sessão da Assembleia Municipal que não tinha nenhuma informação, mas sim que tinha tido uma reunião com a ARS onde lhe foram dadas garantias de que nenhuma alteração seria feita no serviço de saúde em Fafe sem que previamente a Câmara tivesse conhecimento. Que, na última sessão da Assembleia, o que fez foi interpelar o membro da CDU que indiciava ter mais informação que a Câmara, e que, se assim fosse, deveria trazer essa informação ao conhecimento da Assembleia. Que, na sequência da reunião com a ARS, onde esteve presente, também um membro da Assembleia, Doutor Raul Cunha, foi criado um grupo de trabalho para apresentar uma proposta à Administração Regional de Saúde, no sentido da criação do Centro Hospitalar Guimarães-Fafe. E que, na sequência do atrás referido, a Câmara oficiou à Administração Regional de Saúde mostrando disponibilidade para encontrar os terrenos necessários para a construção do Centro Hospitalar. Finalmente, quanto à questão da aquisição do actual hospital, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, já há vários anos atrás, a Câmara aconselhou a Misericórdia a vender ao Estado o actual edifício do hospital, sendo, no entanto, de opinião que a haver a possibilidade de ser construído um novo hospital, o actual

edifício poderá ficar para a Misericórdia como hospital de retaguarda, dado que é, também, actualmente, uma das políticas defendidas pelo Ministério da Saúde. Pediu, novamente, a palavra o deputado Pedro Frazão, para pedir desculpa ao Senhor Presidente porque, de facto, depois da intervenção do Senhor Presidente, recordou-se de na sessão anterior da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara ter dado conhecimento da reunião com a ARS. Não concorda, no entanto, no consenso referido pelo Senhor Presidente da Câmara no que se refere à construção do novo hospital. Respondeu também ao deputado Albino Costa para esclarecer que não é autor da proposta em discussão e que, na sua intervenção, não disse qual seria o sentido de voto do PSD. Findas as intervenções, foi a proposta posta a votação tendo sido rejeitada por maioria, com dois votos a favor e dezoito abstenções. Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS PONTO QUATRO**: Apreciação e deliberação de uma proposta relativa à isenção de taxas de licenciamento de uma operação de loteamento a levar a efeito no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1849 e inscrito na matriz da freguesia de Fafe sob o artigo 327º rústico e relacionado com o P.N. 315/PC/95. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para explicar que esta isenção se refere a um eventual licenciamento de uma operação de loteamento, onde se encontra implementado o Posto de Abastecimento de Combustível, na Rua da Cumieira que, apesar de ter sido licenciado com todos os pareceres favoráveis, por sentença do TAC do Porto o referido licenciamento foi anulado, o que implica a demolição do referido posto e a eventual indemnização do proprietário. Esclareceu que, entretanto, a sociedade “Petrin-Petróleos e Investimentos, S.A., com base num acordo entre as partes, se propôs indemnizar a

reclamante, Rosa da Glória Fernandes Sousa e, ainda, comprar o posto e restante prédio onde o mesmo se encontra implementado. Por último o Senhor Presidente referiu que, com a isenção de taxas proposta, para a operação de loteamento que vier a ser construído, o Município sai beneficiado tendo em conta que o valor da indemnização seria muito maior. Pediu a palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Fornelos começando por referir que tem sérias reservas sobre a proposta em discussão. Colocando duas questões: a primeira se o Posto de Abastecimento iria ser demolido, conforme decisão do Tribunal; a segunda questiona que se pretende aprovar uma isenção para um empreendimento que não se sabe ainda o que será, tendo reservas quanto à sua legalidade. Seguiu-se a intervenção da deputada do Bloco de Esquerda, Ana Catarina Marques Marinho Mendes, considerando que a informação sobre esta proposta não é suficientemente esclarecedora, nomeadamente, quais os fundamentos que levaram o Supremo Tribunal Administrativo a considerarem o licenciamento ilegal, como tal, entende de extrema gravidade a Câmara não ter facultado aos deputados da Assembleia a referida sentença, sem a qual não é possível, no seu entender, fazer uma avaliação correcta da situação pelo que, apesar dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, iriam votar contra esta proposta. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, começando por dizer que o acordo referido na sua anterior intervenção pressupõe a não demolição do Posto e pressupõe ainda a isenção de taxas e que o acordo foi elaborado entre o advogado da Câmara e os advogados das partes, pelo que não considera haver qualquer ilegalidade, tratando-se apenas da isenção de taxas para uma operação de

loteamento, se vier a ser solicitada. Pediu a palavra o deputado Pedro Frazão começando por referir que não se percebe da leitura da proposta se o Posto ia ser ou não demolido e que, neste aspecto, a Câmara deve ter mais cuidado na redacção das propostas, que devem ser claras para que os membros da Assembleia as possam estudar e discutir. Que só depois da última intervenção do Senhor Presidente ficou claro que o Posto de Abastecimento não seria demolido. Que a Câmara, ao contrário do referido pelo Senhor Presidente, para além da isenção de taxas vai permitir a construção junto do Posto de Abastecimento. Pediu, novamente, a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos referindo que lhe parece grave a intervenção da Câmara num acordo que põe em causa uma decisão judicial e que, a ser assim, está em causa a legalidade. Reitera novamente que a proposta não é suficientemente clara para que se possa pronunciar quanto à isenção de taxas. Pediu, ainda, a palavra a deputada Ana Catarina reiterando que a informação facultada pela Câmara não é clara e quer saber quais os fundamentos do Supremo Tribunal Administrativo para considerar o licenciamento nulo. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta posta à votação sendo aprovada por maioria com nove votos contra e uma abstenção. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao limite de 1.770.000,00. Usou da palavra o Senhor Presidente começando por referir que, apesar da proposta estar devidamente documentada, apenas queria acrescentar que a Câmara está a utilizar a capacidade de endividamento que o Governo permite. Pediu a palavra a deputada Ana Catarina mostrando algum desagrado pela proposta apresentada, num período

de contenção de custos. Manifestou o desacordo do Bloco de Esquerda pelo facto das obras da Câmara decorrerem em simultâneo com a criação das oficinas. E, por fim, considerou que o empréstimo e o elevado endividamento da Câmara irão comprometer orçamentos futuros. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta a votação tendo sido aprovada, por maioria, com um voto contra e uma abstenção. Seguiu-se o **PONTO DOIS PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação sobre a Carta Educativa. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por dar uma explicação geral dos procedimentos que estiveram subjacentes à elaboração da Carta Educativa que, foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Local de Educação, com a participação do Ministério da Educação. Considerou o documento, agora em discussão, de grande qualidade e que os objectivos do Município estão bem claros. Que a Câmara irá cumprir, escrupulosamente, a calendarização dos equipamentos e dos investimentos previstos na Carta Educativa. No que se refere às competências da Administração Central reconhece que o calendário é apertado, mas está convicto que irá ser cumprido até ao final do mandato autárquico e que, assim sendo, o Concelho de Fafe a nível da Educação será uma referência de qualidade para o País. Por fim considerou que estes argumentos fundamentam a aprovação da Carta Educativa. Usou da palavra a deputada do Partido Socialista, Olinda Joaquina Teixeira Alves começando por fazer referência ao debate cujo tema foi “Como vamos melhorar a educação nos próximos anos”, promovido pela Assembleia da República, conjuntamente com o Governo, no passado mês de Maio, por ocasião dos vinte anos da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo. E que, relativamente ao concelho de Fafe, este desígnio foi de quem elaborou a Carta Educativa, a

Câmara Municipal, de quem a analisou e verteu pareceres, o Conselho Municipal de Educação e de quem agora a aprova, a Assembleia Municipal. Continuando a sua intervenção fez uma análise detalhada da realidade educativa do concelho e das propostas apresentadas na Carta Educativa, nomeadamente, as taxas actuais de pré-escolarização e o alargamento da oferta previsto na Carta Educativa; o reordenamento da rede escolar do 1º Ciclo, com o encerramento de várias escolas e a transferência dos alunos para novas escolas mais acolhedoras e mais bem apetrechadas e dimensionadas, com acesso a melhores recursos, beneficiando de refeições, bibliotecas e actividades extra-curriculares; maior oferta educativa para alunos da escolaridade obrigatória, em risco de abandono e, por fim, considera que a Carta Educativa responde de uma forma ousada ao nível do ensino secundário, com a construção de uma nova escola a par de uma escolaridade normal diversificada. Seguiu-se a intervenção do deputado do Partido Social Democrata, Belarmino Oliveira Costa começando por lamentar a ausência dos deputados da CDU, nomeadamente, uma das deputadas que, em várias sessões, tem referenciado a carta educativa e não estando presente o debate saí prejudicado. Continua a sua intervenção fazendo uma análise à Carta Educativa que considera um documento bem caracterizado, mas como documento para o futuro terá que ter as melhores respostas para que amanhã a educação/formação possa ter a melhor solução e, por isso, este documento suscita-lhe algumas dúvidas. Considera que, em algumas questões, a Carta Educativa não resolve os problemas da Educação, nomeadamente, o abandono escolar, não tem resposta na Carta Educativa. Quanto à distância casa-escola, havendo a preocupação para a sede do concelho, não houve para

as freguesias da periferia do concelho. Questiona o porquê de construir um edifício de raiz em Revelhe para os alunos das escolas que irão encerrar nas freguesias a norte do concelho e não noutra local, sugerindo o centro educativo na freguesia de Queimadela evitando a desertificação daquelas freguesias e, por isso, considera que a Carta Educativa tem por base medidas economicistas e a política do governo central, sem pensar nas políticas locais. De seguida usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe que não pondo em causa a carta educativa, mostrou o seu desacordo com o deputado Belarmino Costa no que se refere à distância casa-escola, dando conta que na cidade também vai encerrar a Escola da Cumieira e que receia que este facto poderá promover o abandono escolar com a deslocalização das crianças para a Escola Carlos Teixeira. Seguiu-se a intervenção da deputada Ana Catarina Marques Marinho Mendes começando por referir que a educação merece toda a preocupação e atenção e que o futuro do país, e mais concretamente o concelho de Fafe, dependem do sucesso das novas medidas na área da Educação. Referiu não estar contra o encerramento de escolas com poucos alunos, desde que os encerramentos estejam enquadrados numa estratégia geral e integradora que assegure equilíbrios. Questiona em que condições a Escola EB 2,3 de Revelhe, futuro Centro Educativo com 821 alunos nos anos 2004/2005, irá receber os 50 alunos das sete escolas do 1º ciclo que vão encerrar. E, sobre os centros educativos de Revelhe e Silvaes, questiona se as grandes escolas serão a melhor opção para melhorar a educação ou se não passarão de medidas que visam, apenas, minimizar custos. Salaria ainda o problema da desertificação. Questiona se a nova escola secundária vai de facto ser construída e, em que moldes que está planeada. Por fim, e

relativamente à calendarização, considera que será impossível cumprir todas as propostas apresentadas, uma vez que, parte delas, dependem da conclusão da nova escola secundária de Fafe e, por todos estes motivos, se irá abster na votação da carta educativa. Usou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silvaes S. Clemente para, na qualidade de membro da Assembleia e sobretudo como representante das Juntas eleito, para integrar o Conselho Municipal de Educação e, ainda, com a experiência adquirida de mais de 27 anos ligado ao ensino, fazer uma reflexão sobre a situação da educação no País e no Concelho, considera a carta educativa um documento de extrema importância a nível municipal já que a sua aprovação e o seu cumprimento terão reais implicações na vida futura dos fafenses. Por fim, realça o trabalho de todos os envolvidos na elaboração do documento, a sua colaboração enquanto representante dos Presidentes de Junta e a boa cooperação entre o Município e as Juntas de Freguesia, conforme é referenciado na Carta Educativa. Seguiu-se a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos referindo que teve a oportunidade de participar e acompanhar, como representante do Ensino Pré-Escolar no Conselho Municipal de Educação, parte da elaboração da Carta Educativa, hoje em apreciação, e lhe apraz registar algumas considerações de carácter positivo a saber: a primeira refere-se ao modo como a autarquia proporcionou total receptividade e diálogo com todos os parceiros do Conselho Municipal de Educação; a segunda relativa às propostas do reordenamento de rede escolar, apresentadas pela Autarquia, com base na análise demográfica e sócio económica do concelho; a terceira relacionada com o crescente envolvimento da Autarquia nas questões educativas e sociais e a sua intenção de generalizar

a Educação Pré-Escolar pública a todo o concelho até 2009 e, por último, verificar que algumas das propostas relativas à construção / adaptação de edifícios destinados ao Pré-Escolar, implícitas na Carta Educativa, encontram-se já concretizadas, como é o caso da EB 1/JI de S. Jorge e que, por estas razões, a Câmara tem apostado e continuará a apostar em criar condições físicas que garantam uma Educação Pré-Escolar de qualidade, que a Carta Educativa reúne os requisitos necessários para ser considerada um bom instrumento de trabalho e de reivindicação junto da tutela, por forma a cumprir as metas traçadas pelo executivo, no seu trabalho e empenho por uma educação ao alcance de todos. De seguida usou a palavra o deputado do Partido Socialista, José Pedro Coelho Ribeiro começando por referir que a Educação é o pilar do futuro do País e que a Carta Educativa foi pensada para os jovens do concelho para que tenham um futuro diferente e foi trabalhada no terreno com os profissionais. Fez uma abordagem ao ensino do 3º ciclo e aos cursos profissionais a iniciar já no próximo ano lectivo, com vista a colmatar o abandono escolar. Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regadas começando por referir que não foi solicitada qualquer intervenção da Junta de Freguesia de Regadas na elaboração da Carta Educativa. Findas as intervenções dos Senhores Membros da Assembleia foi dada a palavra, pelo Senhor Presidente da Mesa, ao Senhor Vereador da Educação para responder às questões colocadas. O Senhor Vereador da Educação começou por realçar a qualidade das intervenções e de seguida explicou que a Carta Educativa foi elaborada de uma forma muito aberta e muito participativa. E sobre as questões colocadas pelo deputado Belarmino Costa e diagnosticadas na Carta Educativa, nomeadamente, o abandono

escolar concorda que é uma situação que coloca o concelho mal a nível nacional e pior ao nível europeu, espera, contudo, com a diversificação das ofertas ao nível secundário, que a situação se inverta. Quanto à distância casa-escola o Senhor Vereador da Educação não considera que sejam grandes viagens e que tendo já efectuado os percursos por todas as freguesias, serão, aproximadamente, doze minutos de viagem que os alunos terão de fazer. Em relação aos Centros Educativos, refere que o Bloco do Centro Educativo de Revelhe ainda não está construído mas que irá ser construído de forma a criar alguma independência na convivência dos alunos. E respondendo à deputada do Bloco de Esquerda, Ana Catarina, assegura que o Agrupamento de Revelhe reúne as condições de funcionamento, ainda que provisório. Quanto à construção da Escola Industrial, deseja que a mesma seja construída e no calendário previsto na Carta Educativa. Por fim referiu que o documento em apreciação não é de todo um documento fechado, dado que será avaliado ano a ano pelo Conselho Municipal de Educação. Antes de submeter o documento a votação, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu aos membros da Assembleia, que fazem parte do Conselho Municipal de Educação, pela participação na elaboração do referido documento. Posta a Carta Educativa a votação foi aprovada, por maioria, com nove votos contra e cinco abstenções. Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS PONTO SETE**: Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara para adesão do Museu da Emigração e das Comunidades Portuguesas à Associação das Instituições Europeias de Emigração (Association of European Migration Institutions). Como ninguém quis intervir foi a proposta posta a votação sendo aprovada por unanimidade. Finda a ordem do dia foi, pelo Senhor Presidente da Mesa, perguntado ao

público se queria intervir. Pediu a palavra o Senhor Américo Castro para perguntar qual o resultado da votação do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa dado conhecimento da votação obtida. Seguidamente foi lida a minuta da acta que posta a votação foi aprovada, por unanimidade. E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos
Membros da Mesa. -----